

Presidente

# **Câmara Municipal de Vereadores de Glória do Goitá**

**Casa José Correia de Oliveira**

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA - CLJ**

**PARECER CLJ Nº: 021/2025.**

**PROJETO DE LEI Nº: 030/2025**

**AUTORIA:** Vereador Robério Feitosa

**EMENTA:** "DISPÕE SOBRE A REDUÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO PARA PAI, MÃE OU RESPONSÁVEL LEGAL DE CRIANÇAS COM DIAGNÓSTICO DE TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)."

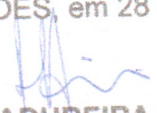
## **I – HISTÓRICO.**

Recebido por esta CLJ para fins de análise e parecer, o epígráficoado não se insere nas vedações constantes do art. 64 do Regimento Interno. De lado outro não houve apresentação de proposta de emenda no âmbito desta Comissão. Porém a proposição apresentada se mostra em duplicidade com a Lei Municipal nº 1.222, de 10 de maio de 2018 (cópia em anexo). Isto posto, opinamos por sua **INADMISSIBILIDADE**. É o Relatório resumido.

## **II – PARECER E VOTO DO RELATOR.**

Projeto de Lei apresentado em duplicidade, ou seja, com o mesmo conteúdo de uma lei já existente, suscitando conflito na interpretação e aplicação da lei gerando insegurança jurídica. Isto posto, **OPINAMOS** pelo **ARQUIVAMENTO**. É o que me parece s.m.j.

SALA DAS REUNIÕES, em 28 de maio de 2025.

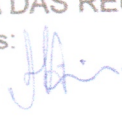
  
**MONALYSA MADUREIRA DE AMORIM.**  
Relatora/CLJ

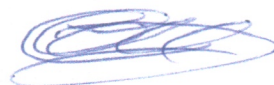
## **III – CONCLUSÃO DA COMISSÃO.**

O Colegiado **VOTA** com a Relatora para **ARQUIVAR** o Projeto de Lei nº 030/2025 de autoria do Vereador Robério Feitosa.

SALA DAS REUNIÕES, em 28 de maio de 2025.

Presentes os Vereadores:

 José Kaio Felipe



Voto Vencido:



Presidente

# **Câmara Municipal de Vereadores de Glória do Goitá**

## **Casa José Correia de Oliveira**

### **COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA - CLJ**

**PARECER CLJ Nº: 021/2025.**

**PROJETO DE LEI Nº: 030/2025**

**AUTORIA:** Vereador Robério Feitosa

**EMENTA:** "DISPÕE SOBRE A REDUÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO PARA PAI, MÃE OU RESPONSÁVEL LEGAL DE CRIANÇAS COM DIAGNÓSTICO DE TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)."

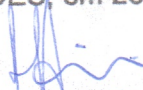
#### **I – HISTÓRICO.**

Recebido por esta CLJ para fins de análise e parecer, o epígrafado não se insere nas vedações constantes do art. 64 do Regimento Interno. De lado outro não houve apresentação de proposta de emenda no âmbito desta Comissão. Porém a proposição apresentada se mostra em duplicidade com a Lei Municipal nº 1.222, de 10 de maio de 2018 (cópia em anexo). Isto posto, opinamos por sua **INADMISSIBILIDADE**. É o Relatório resumido.

#### **II – PARECER E VOTO DO RELATOR.**

Projeto de Lei apresentado em duplicidade, ou seja, com o mesmo conteúdo de uma lei já existente, suscitando conflito na interpretação e aplicação da lei gerando insegurança jurídica. Isto posto, **OPINAMOS** pelo **ARQUIVAMENTO**. É o que me parece s.m.j.

SALA DAS REUNIÕES, em 28 de maio de 2025.

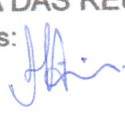
  
**MONALYSA MADUREIRA DE AMORIM.**  
Relatora/CLJ


#### **III – CONCLUSÃO DA COMISSÃO.**

O Colegiado **VOTA** com a Relatora para **ARQUIVAR** o Projeto de Lei nº 030/2025 de autoria do Vereador Robério Feitosa.

SALA DAS REUNIÕES, em 28 de maio de 2025.

Presentes os Vereadores:

 José Kaio Felício



Voto Vencido:





## PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA DO GOITÁ - PE

LEI MUNICIPAL Nº 1.222/2018.

**Ementa:** Altera a Lei Municipal nº 758/94 - Estatuto do Servidor Público Municipal de Glória do Goitá, e dá outras providências.

A Excelentíssima Senhora Prefeita do Município de Glória do Goitá, no uso de suas atribuições legais. Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores, aprovou e Eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** - A Lei Municipal nº 758/94, passa a vigorar acrescida do artigo 51-A, com as seguintes alterações:

**Art. 51-A** - Ao servidor público municipal que tenha filho com deficiência a tutela, curatela ou guarda judicial de pessoa com deficiência, será concedido horário especial de trabalho, independentemente de compensação, sem prejuízo de seus vencimentos, direitos e vantagens, desde que comprovada a necessidade por junta médica.

§ 1º - O horário especial poderá ser concedido sob a forma de jornada reduzida em dias intercalados, ou ausência ao trabalho em dia específico da semana, conforme necessidade ou programa de atendimento da pessoa com deficiência, desde que seja cumprida a jornada de trabalho mínima de 4 (quatro) horas diárias ou 20 (vinte) horas semanais.

§ 2º - A jornada reduzida ou ausência, nos termos do § 1º, será considerada como efetivo exercício para todos os fins e efeitos legais.

§ 3º - O servidor ocupante de dois cargos ou emprego público constitucionalmente acumuláveis, somente poderá requerer a concessão de horários especial de um dos dois vínculos.

§ 4º - O estágio probatório não impede a fruição do direito no caput."

**Art. 2º** - Na hipótese de haver dois ou mais servidores enquadrados nas disposições dessa Lei Complementar em relação à mesma pessoa com deficiência, somente um poderá usufruir do horário especial.

**Art. 3º** - A concessão do horário especial de trabalho produzirá efeitos a partir de sua formalização, mediante portaria.

**Art. 4º** - O disposto nesta Lei Complementar aplica-se aos servidores públicos municipais.